



3182690

00105.002453/2022-16



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

OFÍCIO Nº 1657/2022/GAB.SNPIR/SNPIR/MMFDH

Brasília, 15 de setembro de 2022.

Ao Serviço de Informação ao Cidadão

Assunto: Cotas Raciais.

1. Em atenção ao Anexo Manifestação LAI (3153624), no qual o cidadão (ã) solicita as informações sobre cotas raciais em funções gratificadas no serviço público conforme descreve no documento supracitado, encaminha-se o Despacho nº 284/2022/CGPER/DIPER/SNPIR/MMFDH (SEI nº 3161345) com a Manifestação dessa Secretaria Nacional.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

IVANA CARVALHO

Chefe de Gabinete

Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Documento assinado eletronicamente por Ivana Araujo Carvalho Gomes, Chefe de Gabinete, em 15/09/2022, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 3182690 e o código CRC 6035C2E0.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 00105.002453/2022-16

SEI nº 3182690

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º Andar - Zona Cívico-Administrativa CEP 70054-906 - Brasília/DF

Página GOV.BR: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/protocolo>



3161345



00105.002453/2022-16



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS ÉTNICO-RACIAIS

Despacho nº 284/2022/CGPER/DIPER/SNPIR/MMFDH

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Destino: DIPER

Assunto: Manifestação LAI. (Plataforma Fala.BR).

1. Trata-se do Despacho nº 1186/2022/DIPER/SNPIR/MMFDH (3156800), que remete, para conhecimento e providências, a Manifestação LAI (3153624), em que o cidadão (ã) solicita as informações sobre cotas raciais em funções gratificadas no serviço público e descreve da forma seguinte:

Boa tarde, gostaria de posicionamento da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR quanto á cota raciais a serem estabelecidas, mediante a apresentação de projeto de lei, em Câmara Municipal, estipulando-se reserva de 20% das vagas em funções gratificadas do serviço público municipal para preenchimento de servidores públicos negros. Solicito manifestação da referida entidade sobre referido pleito e a política afirmativa sobre tal campo temático.

2. Inicialmente, importa destacar que a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR é órgão específico singular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFHD) e tem como competências a formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade étnico-racial e da proteção dos direitos de indivíduos e populações étnico-raciais, com ênfase nas populações quilombolas, ciganas, negra e estrangeiros de perfil étnico-racial afetados por ações de discriminação étnico-racial e outras formas de intolerância, conforme artigo 12, do Decreto nº 10.883, de 2021.

Art. 12. À Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial compete:

- I - assessorar o Ministro de Estado na formulação, na coordenação e na articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade étnico-racial;
- II - formular, coordenar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade étnico-racial e da proteção dos direitos de indivíduos e populações étnico-raciais, com ênfase nas populações quilombolas, ciganas, negra e estrangeiras de perfil étnico-racial afetados por ações de discriminação étnico-racial e outras formas de intolerância;
- III - articular, promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismos e organizações nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade étnico-racial;

- IV - propor a adequação e o aperfeiçoamento da legislação relativa aos temas de sua competência;
- V - formular, coordenar e acompanhar as políticas transversais do Governo federal para a promoção da igualdade étnico-racial;
- VI - planejar, coordenar e avaliar a execução do Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- VII - promover e acompanhar a implementação das legislações de ações afirmativas e a definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, de convenções e de outros instrumentos congêneres firmados pelo Estado brasileiro, nos assuntos relacionados à promoção da igualdade e ao combate à discriminação racial e étnica;
- VIII - articular e acompanhar a execução das políticas públicas desenvolvidas em favor das comunidades indígenas, em articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Fundação Nacional do Índio - Funai; e
- IX - implementar, formular, apoiar, articular e avaliar políticas públicas para promoção da igualdade étnico-racial, considerada a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional.

3. Isso posto, a Coordenação-Geral de Políticas Étnico-Raciais assim se manifesta.

4. Inicialmente, insta salientar que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, conformado pelo Constitucionalismo e caracteriza-se por consagrar tanto normas protetoras de direitos negativos quanto de direitos positivos, bem como por subordinar-se ao império da lei. Salienta-se, todavia, tratar-se de uma lei norteada pelo princípio da igualdade não apenas formal, como também material, dadas as desigualdades sociais existentes.

5. Nesse sentido, a Constituição Federal Brasileira de 1988 qualifica-se como uma Constituição dirigente, porquanto contém normas programáticas, ou seja, mandamentos que têm por objetivo exigir que o Estado se empenhe para alcançar determinados resultados, principalmente no que diz respeito à proteção dos direitos humanos e à redução das desigualdades e das discriminações étnico-raciais.

6. Logo em seu art. 1º, a Carta Constitucional de 88 consigna o princípio da dignidade da pessoa humana como um fundamento do Estado, um pilar estruturante. Ato contínuo, pondera seus objetivos fundamentais:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, **justa** e solidária;

(...)

III - **erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;**

IV - **promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, *raça*, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.**

7. Em seguida, destaca o princípio da igualdade, em seu artigo 5º, caput, segundo o qual:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

8. Todavia, deve-se buscar não somente essa igualdade formal, disposta na lei, mas, principalmente, a igualdade material, ou seja, a equidade. Isso porque, no Estado efetivador dos direitos humanos, propugna-se por uma igualdade real, diversa daquela formalizada apenas em face da lei, devendo-se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. Nesse sentido, o Poder Público deve adotar medidas que sejam capazes de mitigar as disparidades sociais, educacionais, de emprego e renda e de tratamento, com o fim de proporcionar dignidade a todos e promover a igualdade de oportunidades.

9. Nesse contexto, as políticas públicas surgem como forma de atuação estatal voltada à persecução dos objetivos previstos na Constituição. Conforme a Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), as políticas públicas são “as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais”.

10. Por seu turno, as ações afirmativas, que são espécies de políticas públicas, são conceituadas pelo mesmo estatuto como sendo “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.” Em seu art. 4º, o Estatuto salienta ainda que **“Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.”**

11. Nessa conjuntura, também como forma de implementação da política de cotas raciais, foi publicada a Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, com o objetivo de reservar aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

12. A referida Lei tem por escopo regulamentar o art. 39 da lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), que assim dispõe:

Art. 39. O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.

13. *A priori*, faz-se necessário destacar que a **Lei nº 12.990/2014 tem seus efeitos impostos somente à esfera federal, ou seja, aos órgãos e entidades da União.**

14. Nesse sentido, destaca-se o trecho do voto do Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade 41 Distrito Federal:

“(…) não adiro à proposta de estender automaticamente a disciplina da Lei nº 12.990/2014 aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, visto que o diploma também é claro ao afirmar que a reserva de vagas se restringe aos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta da União, devendo ser resguardada a autonomia dos entes federativos.”

15. Contudo, o referido Ministro, no mesmo julgado, ressalva que “(…) o termo “no âmbito da administração pública federal” engloba todos os órgãos e Poderes da União, e não especificamente o Poder Executivo Federal.”

16. Noutro giro, o Ministro Roberto Barroso, no âmbito da já citada ADC 41/DF esclareceu que, ainda que “(…) a política não seja impositiva para Estados e Municípios. (…), já fica definido que, se eles quiserem instituí-la, será legítimo.”

17. Conclui-se, pois, que a **Lei nº 12.990/2014 aplica-se à União, estendendo-se a todos os Poderes, não restringindo sua aplicação apenas ao Poder Executivo. Todavia, sua observância não é obrigatória pelos Estados-Membros e pelos Municípios porquanto deve-se respeitar a autonomia dos entes federativos.** Ou seja, para que este direito seja garantido no âmbito estadual ou municipal, deve haver adequação legislativa neste sentido, sendo esta, desde já, declarada constitucional e legítima.

18. Assim, para que um concurso estadual ou municipal tenha cota para negros é necessário que o ente federativo expeça uma lei que preveja tal discriminação positiva. Exemplo disso é o Estado do Maranhão que promulgou a Lei Estadual nº 10.404/2015, e o município de São Paulo, com a Lei Municipal nº 15.939/2013.

19. Vale observar que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto nº 65.810/1969). Os Estados-partes da Convenção, ao condenar a discriminação racial, comprometem-se a adotar, por todos os meios apropriados, uma política de eliminação da discriminação racial e promoção da igualdade.

20. Nesse sentido, é inquestionável a importância das ações afirmativas de reserva de cotas raciais para o atingimento dos objetivos da República, para o respeito aos direitos fundamentais e sociais constitucionalmente previstos, para a observância das normas internacionais de direitos humanos e para a realização da efetiva igualdade material, missão desta Secretaria Nacional. Tal política pública já consagrada em âmbito federal, é uma conquista de toda a sociedade. Em verdade, esta Secretaria propugna pela ampliação dos direitos das pessoas afrodescendentes e a implementação de uma política afirmativa de cotas raciais por meio de Lei Municipal é medida que contribui para a promoção da igualdade racial, através da equidade de oportunidades.

21. Por todo o exposto, a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial reafirma seu posicionamento favorável às cotas raciais a serem estabelecidas, mediante a apresentação de projeto de lei, em Câmara Municipal, estipulando-se reserva de 20% das vagas em funções gratificadas do serviço público municipal para preenchimento de servidores públicos negros.

22. Sem mais, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

VANDERLEI LOURENÇO

Coordenador Geral de Políticas Étnico-Raciais

Departamento de Políticas Étnico Raciais

Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Documento assinado eletronicamente por **Vanderlei Lourenço Francisco, Coordenador(a)-Geral de Políticas Étnico-Raciais**, em 15/09/2022, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3161345** e o código CRC **CDE8805E**.



LEI Nº 9.129, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022.

Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos efetivos e temporários e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas do Município de Franca.

ALEXANDRE AUGUSTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Franca, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVOU e ele PROMULGA, a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos efetivos e temporários e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas do Município de Franca, na forma desta Lei.

§ 1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º A reserva de vagas a candidatos negros constará expressamente dos editais dos concursos públicos.

§ 4º Para os concursos públicos e processos seletivos destinados à formação de cadastro reserva, a primeira vaga será do primeiro classificado da lista geral, a segunda vaga será do primeiro classificado da lista especial de pessoas com deficiência e a terceira vaga será do primeiro classificado da lista de candidatos negros, desde que respeitados os critérios de alternância e proporcionalidade previstos no artigo 4º da presente Lei.

§ 5º Inclui-se no rol de entes aludidos no *caput* do art. 1º a Câmara Municipal de Franca.



Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 1º Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 2º Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

§ 3º Na hipótese de não haver número de candidatos negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Art. 4º A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência estabelecida na Lei Federal nº 12.990, de 09 de junho de 2014.

Parágrafo único. Esta Lei não se aplicará aos concursos cujos editais já tiverem sido publicados.

Prefeitura Municipal de Franca, 11 de fevereiro de 2022.


ALEXANDRE AUGUSTO FERREIRA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
FRANCA
Publicado em: 11/02/22
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Lei Complementar 233/13



**Prefeitura Municipal
de Franca**

(16)3711-9000
Rua Frederico Moura, 1.517 - Cidade Nova
Franca/SP - Cep: 14401-150
CNPJ: 47.970.769/0001-04 - I.E: isento

Franca, 15 de fevereiro de 2022.

Ofício nº 008/2022-GABP



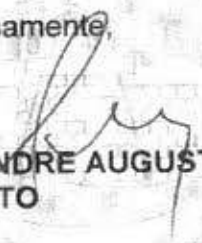
Assunto: Encaminha Lei Sancionada e Promulgada

Senhor Presidente

Em atenção ao constante no OF. nº 007/2022, em que Vossa Excelência encaminha o Autógrafo de Lei nº 7.388/2022, (Projeto de Lei nº 07/2022), temos a honra de encaminhar cópia da **Lei nº 9.129, de 11 de fevereiro de 2022**, devidamente SANCIONADA E PROMULGADA, a qual foi publicada em 11 de fevereiro de 2022.


Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


**ALEXANDRE AUGUSTO FERREIRA
PREFEITO**

Ex.mo Senhor
VER. CLAUDINEI DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de
FRANCA/SP

www.franca.sp.gov.br

 [/prefeituradeFranca](https://www.facebook.com/prefeituradeFranca)

 [@prefeituradeFranca](https://www.instagram.com/prefeituradeFranca)

 Prefeitura Municipal de Franca



3182690

00105.002453/2022-16



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

OFÍCIO Nº 1657/2022/GAB.SNPIR/SNPIR/MMFDH

Brasília, 15 de setembro de 2022.

Ao Serviço de Informação ao Cidadão

Assunto: Cotas Raciais.

1. Em atenção ao Anexo Manifestação LAI (3153624), no qual o cidadão (ã) solicita as informações sobre cotas raciais em funções gratificadas no serviço público conforme descreve no documento supracitado, encaminha-se o Despacho nº 284/2022/CGPER/DIPER/SNPIR/MMFDH (SEI nº 3161345) com a Manifestação dessa Secretaria Nacional.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

IVANA CARVALHO

Chefe de Gabinete

Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Documento assinado eletronicamente por Ivana Araujo Carvalho Gomes, Chefe de Gabinete, em 15/09/2022, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 3182690 e o código CRC 6035C2E0.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 00105.002453/2022-16

SEI nº 3182690

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º Andar - Zona Cívico-Administrativa CEP 70054-906 - Brasília/DF

Página GOV.BR: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/protocolo>



3161345



00105.002453/2022-16



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS ÉTNICO-RACIAIS

Despacho nº 284/2022/CGPER/DIPER/SNPIR/MMFDH

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Destino: DIPER

Assunto: Manifestação LAI. (Plataforma Fala.BR).

1. Trata-se do Despacho nº 1186/2022/DIPER/SNPIR/MMFDH (3156800), que remete, para conhecimento e providências, a Manifestação LAI (3153624), em que o cidadão (ã) solicita as informações sobre cotas raciais em funções gratificadas no serviço público e descreve da forma seguinte:

Boa tarde, gostaria de posicionamento da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR quanto à cota raciais a serem estabelecidas, mediante a apresentação de projeto de lei, em Câmara Municipal, estipulando-se reserva de 20% das vagas em funções gratificadas do serviço público municipal para preenchimento de servidores públicos negros. Solicito manifestação da referida entidade sobre referido pleito e a política afirmativa sobre tal campo temático.

2. Inicialmente, importa destacar que a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR é órgão específico singular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e tem como competências a formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade étnico-racial e da proteção dos direitos de indivíduos e populações étnico-raciais, com ênfase nas populações quilombolas, ciganas, negra e estrangeiros de perfil étnico-racial afetados por ações de discriminação étnico-racial e outras formas de intolerância, conforme artigo 12, do Decreto nº 10.883, de 2021.

Art. 12. À Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial compete:

I - assessorar o Ministro de Estado na formulação, na coordenação e na articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade étnico-racial;

II - formular, coordenar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade étnico-racial e da proteção dos direitos de indivíduos e populações étnico-raciais, com ênfase nas populações quilombolas, ciganas, negra e estrangeiras de perfil étnico-racial afetados por ações de discriminação étnico-racial e outras formas de intolerância;

III - articular, promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismos e organizações nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade étnico-racial;

IV - propor a adequação e o aperfeiçoamento da legislação relativa aos temas de sua competência;

V - formular, coordenar e acompanhar as políticas transversais do Governo federal para a promoção da igualdade étnico-racial;

VI - planejar, coordenar e avaliar a execução do Programa Nacional de Ações Afirmativas;

VII - promover e acompanhar a implementação das legislações de ações afirmativas e a definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, de convenções e de outros instrumentos congêneres firmados pelo Estado brasileiro, nos assuntos relacionados à promoção da igualdade e ao combate à discriminação racial e étnica;

VIII - articular e acompanhar a execução das políticas públicas desenvolvidas em favor das comunidades indígenas, em articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Fundação Nacional do Índio - Funai; e

IX - implementar, formular, apoiar, articular e avaliar políticas públicas para promoção da igualdade étnico-racial, considerada a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional.

3. Isso posto, a Coordenação-Geral de Políticas Étnico-Raciais assim se manifesta.

4. Inicialmente, insta salientar que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, conformado pelo Constitucionalismo e caracteriza-se por consagrar tanto normas protetoras de direitos negativos quanto de direitos positivos, bem como por subordinar-se ao império da lei. Salienta-se, todavia, tratar-se de uma lei norteada pelo princípio da igualdade não apenas formal, como também material, dadas as desigualdades sociais existentes.

5. Nesse sentido, a Constituição Federal Brasileira de 1988 qualifica-se como uma Constituição dirigente, porquanto contém normas programáticas, ou seja, mandamentos que têm por objetivo exigir que o Estado se empenhe para alcançar determinados resultados, principalmente no que diz respeito à proteção dos direitos humanos e à redução das desigualdades e das discriminações étnico-raciais.

6. Logo em seu art. 1º, a Carta Constitucional de 88 consigna o princípio da dignidade da pessoa humana como um fundamento do Estado, um pilar estruturante. Ato contínuo, pondera seus objetivos fundamentais:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7. Em seguida, destaca o princípio da igualdade, em seu artigo 5º, caput, segundo o qual:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes".

8. Todavia, deve-se buscar não somente essa igualdade formal, disposta na lei, mas, principalmente, a igualdade material, ou seja, a equidade. Isso porque, no Estado efetivador dos direitos humanos, propugna-se por uma igualdade real, diversa daquela formalizada apenas em face da lei, devendo-se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. Nesse sentido, o Poder Público deve adotar medidas que sejam capazes de mitigar as disparidades sociais, educacionais, de emprego e renda e de tratamento, com o fim de proporcionar dignidade a todos e promover a igualdade de oportunidades.

9. Nesse contexto, as políticas públicas surgem como forma de atuação estatal voltada à persecução dos objetivos previstos na Constituição. Conforme a Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), as políticas públicas são "as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais".

10. Por seu turno, as ações afirmativas, que são espécies de políticas públicas, são conceituadas pelo mesmo estatuto como sendo "os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades." Em seu art. 4º, o Estatuto salienta ainda que **"Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País."**

11. Nessa conjuntura, também como forma de implementação da política de cotas raciais, foi publicada a Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, com o objetivo de reservar aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

12. A referida Lei tem por escopo regulamentar o art. 39 da lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), que assim dispõe:

Art. 39. O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.

13. **A priori, faz-se necessário destacar que a Lei nº 12.990/2014 tem seus efeitos impostos somente à esfera federal, ou seja, aos órgãos e entidades da União.**

14. Nesse sentido, destaca-se o trecho do voto do Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade 41 Distrito Federal:

" (...) não adiro à proposta de estender automaticamente a disciplina da Lei nº 12.990/2014 aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, visto que o diploma também é claro ao afirmar que a reserva de vagas se restringe aos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta da União, devendo ser resguardada a autonomia dos entes federativos."

15. Contudo, o referido Ministro, no mesmo julgado, ressalva que "(...) o termo "no âmbito da administração pública federal" engloba todos os órgãos e Poderes da União, e não especificamente o Poder Executivo Federal."

16. Noutro giro, o Ministro Roberto Barroso, no âmbito da já citada ADC 41/DF esclareceu que, ainda que "(...) a política não seja impositiva para estados e Municípios. (...), já fica definido que, se eles quiserem instituí-la, será legítimo."

17. Conclui-se, pois, que a Lei nº 12.990/2014 aplica-se à União, estendendo-se a todos os Poderes, não restringindo sua aplicação apenas ao Poder Executivo. Todavia, sua observância não é obrigatória pelos Estados-Membros e pelos Municípios porquanto deve-se respeitar a autonomia dos entes federativos. Ou seja, para que este direito seja garantido no âmbito estadual ou municipal, deve haver adequação legislativa nesse sentido, sendo esta, desde já, declarada constitucional e legítima.

18. Assim, para que um concurso estadual ou municipal tenha cota para negros é necessário que o ente federativo expeça uma lei que preveja tal discriminação positiva. Exemplo disso é o Estado do Maranhão que promulgou a Lei Estadual nº 10.404/2015, e o município de São Paulo, com a Lei Municipal nº 15.939/2013.

19. Vale observar que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto nº 65.810/1969). Os Estados-partes da Convenção, ao condenar a discriminação racial, comprometem-se a adotar, por todos os meios apropriados, uma política de eliminação da discriminação racial e promoção da igualdade.

20. Nesse sentido, é inquestionável a importância das ações afirmativas de reserva de cotas raciais para o atingimento dos objetivos da República para o respeito aos direitos fundamentais e sociais constitucionalmente previstos, para a observância das normas internacionais de direitos humanos e para a realização da efetiva igualdade material, missão desta Secretaria Nacional. Tal política pública já consagrada em âmbito federal, é uma conquista de toda a sociedade. Em verdade, esta Secretaria propugna pela ampliação dos direitos das pessoas afrodescendentes e a implementação de uma política afirmativa de cotas raciais por meio de Lei Municipal é medida que contribui para a promoção da igualdade racial, através da equidade de oportunidades.

21. Por todo o exposto, a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial reafirma seu posicionamento favorável às cotas raciais a serem estabelecidas, mediante a apresentação de projeto de lei, em Câmara Municipal, estimulando-se reserva de 20% das vagas em funções gratificadas do serviço público municipal para preenchimento de servidores públicos negros.

22. Sem mais, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

VANDERLEI LOURENÇO

Coordenador Geral de Políticas Étnico-Raciais

Departamento de Políticas Étnico Raciais

Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Documento assinado eletronicamente por **Vanderlei Lourenço Francisco**, Coordenador(a)-Geral de Políticas Étnico-Raciais, em 15/09/2022, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3161345** e o código CRC **CDE8805E**.



Memorando nº 226/2022 – SARH

Franca, 12 de setembro de 2022.

De: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Para: GABINETE DO PREFEITO

Ref. Requerimento 388/2022 – Câmara Municipal de Franca

Prezado Senhor,

Cuida-se de Requerimento nº 373/2022 da Câmara Municipal de Franca, subscrito pelos vereadores Antônio Donizete, Marcelo Tidy e Daniel Bassi, solicitando informações acerca das vagas ocupadas por servidores negros que exercem função gratificada na Administração direta e indireta.

Evidencia-se que a Lei Orgânica nº 9.129 define a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos e processos seletivos, não abrangendo as nomeações em confiança das funções gratificadas e dos cargos em comissão.

Entretanto, fora informado pelo Departamento de Pessoal e Recursos Humanos que atualmente 27 cargos em comissão e funções gratificadas atribuídas a servidores negros.

Sendo o que havia a informar e certos da compreensão dos ilustres parlamentares, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Recebi em: 12/09/22

MARINA LANA MATTOS MAENZA

Secretária de Administração e Recursos Humanos

Franca, 12/09/2022

MEMORANDO Nº 297/2022 - DPRH

Destinatário: Secretaria de Administração e Recursos Humanos
A/C Sra. Marina Lana Mattos Maenza

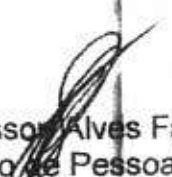
Assunto: Requerimento nº 388/2022 – Câmara Municipal de Franca – Solicitação de Informações

Prezada Senhora,

Trata-se de Requerimento realizado pela Câmara Municipal de Franca pleiteando informações acerca do montante de funções gratificadas preenchidas, atualmente, na Administração Pública Direta e Indireta, e a quantidade daquelas ocupadas por servidores negros.

Em análise ao quadro geral de Cargos em Comissão da Administração Municipal, observou-se que existem, atualmente, 27 cargos em comissão e funções gratificadas atribuídos a servidores negros, sendo que 06 são funções gratificadas.

Atenciosamente,


Petersson Alves Facioli
Diretor do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

franca.sp.leg.br



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA - SP

REQUERIMENTO Nº 88 /2022

DISPACHO

Sala das Sessões em, 00/09/2022

PRESIDENTE

Considerando que, uma das funções do Poder Legislativo Municipal é legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere, a assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, conforme preconiza o artigo 15, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que, dentre outras atribuições, os Vereadores também são responsáveis pela fiscalização das ações tomadas pelo Poder Executivo, cabendo-lhes a responsabilidade de acompanhar a Administração Municipal, principalmente no tocante ao cumprimento da lei e da boa aplicação e gestão do erário, bem como propor benfeitorias, obras e serviços para o bem-estar social da população em geral;

Considerando que a Lei nº 9.129, de 11 de fevereiro de 2022, dispôs sobre a "reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos efetivos e temporários e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal, das autarquias, das fundações públicas e das



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

franca.sp.leg.br



empresas públicas do Município de Franca, e dá outras providências”;

Considerando que as ações afirmativas em geral e a reserva de vagas para ingresso no serviço público em particular são políticas públicas voltadas para a efetivação do direito à igualdade e que a igualdade constitui um direito fundamental e integra o conteúdo essencial da ideia de democracia;

Considerando que ainda persiste uma desigualdade no serviço público, mormente a ocupação de funções gratificadas ocupadas por servidores negros, na esfera pública municipal;

Considerando que, a fim de dar concretude ao direito da igualdade, consagrado como fundamental e de aplicação imediata, nos termos do art. 5º, caput e § 1º da Constituição Federal, mister tomar conhecimento do montante de funções gratificadas preenchidas atualmente na Administração Pública Municipal, quantas são realmente ocupadas por servidores que compõem a população negra;

Diante do acima exposto, requeiro, em conformidade com o art. 150, § 5º, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Franca, ouvidas as considerações do Augusto Plenário, que seja oficiado o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Franca, Alexandre Augusto Ferreira, para que nos informe sobre as ações afirmativas, em prol da população negra, mormente às funções gratificadas ocupadas na Administração Pública Direta e Indireta do Município de Franca.

Câmara Municipal, 29 de agosto de 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

franca.sp.leg.br



ANTÔNIO DONIZETE MERCÚRIO

Vereador

MARCELO TIDY

Vereador

DANIEL BASSI

Vereador

PARECER Nº 899/2013 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 223/2013.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Reis, que dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais, para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados.

Sob o aspecto jurídico, o projeto reúne condições para prosseguir em tramitação.

Inicialmente cumpre observar que sob o aspecto formal o projeto encontra fundamento no exercício regular da competência legislativa desta Casa, consoante se depreende do artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal; artigos 13, incisos I e II, 37, caput, da Lei Orgânica do Município.

Quanto ao aspecto material o projeto pretende instituir ação afirmativa em benefício dos negros, negras ou afrodescendentes.

As ações afirmativas podem ser conceituadas, tomando-se emprestadas as palavras do Ministro Joaquim Barbosa Gomes, como:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (In Ação Afirmativa e o Princípio Constitucional da Igualdade - O Direito como Instrumento de Transformação Social. A Experiência dos EUA - Renovar, 2001, p. 40-41).

Ou nas palavras de Roberta Fragoso Kaufmann

(...) trata-se de instrumento temporário de política social, praticado por entidades privadas ou públicas, nos diferentes poderes e nos diversos níveis, por meio do qual se visa a integrar certo grupo de pessoas à sociedade, objetivando aumentar a participação desses indivíduos sub-representados em determinadas esferas, nas quais tradicionalmente permaneceriam alijados por razões de raça, sexo, etnia, deficiências física e mental ou classe social. Procura-se, com tais programas positivos, promover o desenvolvimento de uma sociedade plural, diversificada, consciente, tolerante às diferenças e democrática, uma vez que concederia espaços relevantes para que as minorias participassem da comunidade. (Ações Afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? A implementação para negros como mecanismo concretizador de direitos fundamentais. Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil)

No caso sob análise o que se propõe é a reserva de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas e/ou cargos públicos para negros, negras ou afrodescendentes.

Já se questionou acerca da constitucionalidade e legalidade de se estabelecer distinções outras que não as previstas expressamente no texto constitucional porque, segundo parte da doutrina, tais distinções violariam o princípio da igualdade formal preconizado no caput do art. 5º que reza serem todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

No entanto, parte significativa da doutrina afasta esse entendimento por demais simplista tendo em vista que o texto constitucional consagrou a igualdade material como um de seus preceitos fundamentais, nos termos do art. 3º da Constituição Federal que reza:

"Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Nesse sentido é o entendimento do ilustre doutrinador Celso Antonio Bandeira de Mello para quem embora o caput do art. 5º da Carta Magna vede, por princípio, a desequiparação por motivo de raça, sexo, trabalho, credo religioso e convicções políticas, na verdade "qualquer elemento residente nas coisas, pessoas ou situações pode ser escolhido pela lei como fator discriminatório"

Em suas palavras:

(...) qualquer elemento residente nas coisas, pessoas ou situações, pode ser escolhido pela lei como fator discriminatório, donde se segue que, de regra, não é no traço de diferenciação escolhido que se deve buscar algum desacato ao princípio isonômico.

Os mesmos exemplos, tanto como os formulados na parte vestibular deste trabalho, servem para sugerir, claramente, que as discriminações são recebidas como compatíveis com a cláusula igualitária apenas e tão-somente quando existe um vínculo de correlação lógica entre a peculiaridade diferencial acolhida por residente no objeto, e a desigualdade de tratamento em função dela conferida, desde que tal correlação não seja incompatível com interesses prestigiados na Constituição (in Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. Ed. Malheiros, 1993, pág. 17).

E conclui:

Então, percebe-se, o próprio ditame constitucional que embarga a desequiparação por motivo de raça, sexo, trabalho, credo religioso e convicções políticas, nada mais faz que colocar em evidência certos traços que não podem, por razões preconceituosas mais comuns em certa época ou meio, ser tomados gratuitamente como ratio fundamentadora de discrimen. O art. 5º, caput, ao exemplificar com as hipóteses referidas, apenas pretendeu encarecê-las como insuscetíveis de gerarem, só por só, uma discriminação. Vale dizer: recolheu na realidade social elementos que reputou serem possíveis fontes de desequiparações odiosas e explicitou a impossibilidade de virem a ser destarte utilizados. (in Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. Ed. Malheiros, 1993, pág. 17-18).

Assim, segundo a lição doutrinária acima, qualquer critério pode, em tese, ser tomado como elemento diferenciador. O que se impõe é que o critério tomado como elemento diferenciador tenha correlação lógica com a situação de fato na qual será aplicado.

Há que se observar ainda que a imposição de ações discriminatórias positivas visando à integração e proteção de diferentes grupos raciais encontra-se prevista de forma expressa na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU, ratificada pelo Brasil pelo Decreto Legislativo nº 23/1967 que reza:

2. Os Estados partes adotarão, se as circunstâncias assim o exigirem, nos campos social, econômico, cultural e outros, medidas especiais e concretas para assegurar adequadamente o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a esses grupos com o propósito de garantir-lhes, em igualdade de condições, o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (grifo nosso).

Dessa forma, com fundamento no princípio da igualdade material que determina a adoção de medidas concretas que visem à redução de toda e qualquer desigualdade, é possível sustentar, sob o aspecto estrito da legalidade, que a propositura reúne condições de prosseguimento, cabendo a análise do mérito da proposta às Comissões pertinentes, nos termos do art. 48 do Regimento Interno.

Para a sua aprovação, o projeto dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, nos termos do art. 40, § 3º da Lei Orgânica do Município. Ante o exposto somos, pela LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 22/05/2013.

GOULART- PSD – PRESIDENTE

ABOU ANNI – PV – ABSTENÇÃO

ALESSANDRO GUEDES – PT

ARSELINO TATTO – PT

CONTE LOPES – PTB – ABSTENÇÃO

EDUARDO TUMA – PSDB – RELATOR

GEORGE HATO – PMDB

LAÉRCIO BENKO – PHS

SANDRA TADEU – DEM – ABSTENÇÃO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013

Cópia extraída de fls. 01/02 do processo

(PROJETO DE LEI Nº 223/13)

(VEREADORES REIS – PT, ALESSANDRO GUEDES – PT, ALFREDINHO – PT,
ARSELINO TATTO – PT, JAIR TATTO – PT, JOSÉ AMÉRICO – PT, JULIANA
CARDOSO – PT, NABIL BONDUKI – PT, PAULO FIORILO – PT, SENIVAL MOURA
– PT E VAVÁ – PT)

Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 27 de novembro de 2013, decretou a seguinte lei:

Art. 1º Todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo ficam obrigados a disponibilizar em seus quadros de cargos em comissão e efetivos o limite mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas e/ou cargos públicos para negros, negras ou afrodescendentes.

§ 1º Para os efeitos desta lei, consideram-se negros, negras ou afrodescendentes as pessoas que se enquadram como pretos, pardos ou denominação equivalente, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou seja, será considerada a autodeclaração.

§ 2º Os percentuais mínimos previstos no “caput” deste artigo aplicam-se à contratação de estágio profissional desenvolvido pela Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo.

§ 3º Será garantida a equidade de gênero para composição das ocupações a que se refere a presente lei.

Art. 2º Para investidura em cargos efetivos e/ou estatutários os beneficiários das cotas garantidas pela presente lei necessariamente deverão prestar concurso público para seu ingresso no serviço público.

Art. 3º Em caso de não preenchimento do percentual mínimo para ingresso através de concurso público, as vagas remanescentes serão distribuídas aos demais candidatos.

Parágrafo único. O disposto no “caput” não se aplica em relação aos cargos comissionados.

Art. 4º Em contratos, convênios e parcerias firmados entre a Administração Pública Direta e Indireta e as pessoas jurídicas de direito público ou privado em que haja previsão de contratação de pessoas para prestação de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

serviços de qualquer natureza deverá constar cláusula com reserva dos percentuais mínimos previstos do art. 1º desta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei em até 90 dias a contar da data de publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São Paulo, 28 de novembro de 2013.

JOSÉ AMÉRICO
Presidente

JCSS/okm

LEI N° 5.745, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.002**Reserva cargos no serviço público para afrodescendentes.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de fevereiro de 2.002, **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1° - O provimento de cargos nos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional, obedecido o princípio do concurso público de provas ou de provas e títulos, far-se-á com reserva de 20% (vinte por cento) para afrodescendentes.

Parágrafo único - As frações decorrentes do cálculo do percentual de que trata este artigo, quando maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos), serão arredondadas para o número inteiro imediatamente superior.

Art. 2° - Os candidatos afrodescendentes participarão dos concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo e avaliação das provas.

§ 1° - Após o julgamento das provas, independente da lista geral, será elaborada lista especial, com a relação dos candidatos negros aprovados.

§ 2° - As vagas, reservadas nos termos do artigo 1° desta Lei, ficarão liberadas se não houver ocorrido inscrições no concurso, ou aprovação de candidatos afrodescendentes.

Art. 3° - Os editais de concurso público a serem publicados a partir da vigência desta Lei conterão os elementos necessários ao conhecimento do que nela se contém, sob pena de nulidade.

Art. 4° - A reserva de que trata o artigo 1°, desta Lei, aplica-se, ainda, nos casos de provimento de cargos de direção, chefia e assessoramento, em comissão, nos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Art. 5° - Nos contratos firmados pela Administração Direta, Indireta e Fundacional com empresas prestadoras de serviços, a partir da data da vigência desta Lei, deverá constar cláusula prevendo a reserva de 20% (vinte por cento) do total de funcionários, cujos cargos serão preenchidos por profissionais negros.




§ 1º - Os editais de licitação a serem publicados a partir da vigência desta Lei conterão os elementos necessários ao cumprimento do previsto neste artigo.

§ 2º - Caberá ao órgão requisitante a fiscalização do cumprimento da obrigação imposta às empresas contratadas, por força do disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º - Esta lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.


MIGUEL RADDAD
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dois.


MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA
Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER Nº 18/2021- PROCURADORIA

REFERÊNCIA: ANTEPROJETO DE LEI.

ASSUNTO: "ESTABELECE NO MÍNIMO 20% DE COTAS RACIAIS PARA O INGRESSO DE NEGROS NO SERVIÇO PÚBLICO EM CARGOS EFETIVOS E COMMISSIONADOS."

AUTORIA: CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA – VEREADOR GIBI PROFESSOR

EMENTA: CONSTITUCIONAL - PROCESSO LEGISLATIVO - ANÁLISE DE PROJETO DE LEI - INICIATIVA VEREADOR – ESTABELECE NO MÍNIMO 20% DE COTAS RACIAIS PARA O INGRESSO DE NEGROS NO SERVIÇO PÚBLICO EM CARGOS EFETIVOS E COMMISSIONADOS - APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 26, CAPUT E ARTIGO 169, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA - POSSIBILIDADE.

1. RELATÓRIO:

Consulta-nos a Câmara Municipal de Paulínia acerca do anteprojeto de lei acima mencionado, que pretende apresentar o Ilmo. Vereador Gibi Professor.

Em síntese, o proponente aduz que:

De caráter estrutural e sistêmico, a desigualdade entre brancos e negros na sociedade brasileira é inquestionável e persiste com a fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, os negros representam 75,2% do grupo formado pelos 10% mais pobres do país.

(...)

Depois de uma década de políticas voltadas à promoção da igualdade racial, é possível apontar alguns efeitos positivos, segundo os próprios movimentos negros. Para esses representantes, o principal resultado é intangível, mas importantíssimo: colocar, definitivamente, a discriminação e o preconceito na agenda pública, mudando a lógica dos debates que sempre foram no sentido de criminalizar o racismo, mas não de enfrentá-lo com ações afirmativas. A integração racial ficava por conta das forças sociais ou das "forças de mercado", o que não ocorria. A intervenção do Estado é que está fazendo a diferença, nessa década.

Contribuir para, num espaço de tempo relativamente curto, igualar os direitos de brancos e negros no país. Pode fazer isso: contratando negros (e não precisa esperar incentivos do governo para agir assim); criando um ambiente interno propício à tolerância racial, com campanhas que valorizem a contribuição de todos os grupos sociais e étnicos para o sucesso do negócio; estabelecendo políticas de promoção interna que agreguem ao mérito a proporção étnica

É a síntese do projeto.

Procuradoria

Rua Carlos Pazetti, 290 – Jardim Vista Alegre – Paulínia – SP

Fone: (19) 3874-7800

www.camrapaulinia.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

2. DA COMPETÊNCIA, INICIATIVA E ESPÉCIE NORMATIVA:

O projeto de lei versa sobre matéria de competência legislativa municipal, uma vez que estabelece medida em âmbito local, com amparo nos artigos 30, I, da Constituição Federal.

A iniciativa legislativa do vereador corresponde com a regra geral insculpida no artigo 26, “caput”, da Lei Orgânica e no artigo 169, parágrafo único, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara, ambos do Município de Paulínia.

Ainda sobre a iniciativa, não há expressa vedação no artigo 26, §1º da Lei Orgânica do Município de Paulínia atribuindo privativamente ao Prefeito a iniciativa privativa de lei que verse sobre a matéria constante da presente propositura, pois trata-se de matéria concorrente. Dessa forma, cabe mencionar excerto do STF:

A jurisprudência da Corte é pacífica quanto a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor acerca de legislação que verse sobre provimento de cargos públicos. Ocorre que, diferentemente do que assentado pelo acórdão impugnado, não é disso que se trata a lei estadual nº 6.740/2014. Na verdade, ao impor a reserva de vagas para minorias étnicas e raciais em concursos públicos, a legislação estadual nada mais fez do que dar concretude à proteção aos direitos fundamentais e aos princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição Federal. (STF – RE: 1126247 RJ – RIO DE JANEIRO 0025273-88.2014.8.19.0000, Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 18/12/2018, Data de Publicação: DJe-019 01/02/2019)¹

Frisa-se que a espécie normativa foi adequadamente aplicada, através de Lei Ordinária. Salienta-se que, no caso em tela, o quórum de aprovação é de maioria simples, em dois turnos de discussão e votação, nos moldes dos artigos 45, alínea “a”, §1º e 213 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Diante disso, cabe citar Ementa do TJSP a respeito:

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 4.063/19, do Município de Poá, que “dispõe sobre a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de empregos públicos, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do Município.”. Vício de iniciativa. Não ocorrência. Oriunda de iniciativa parlamentar, a lei questionada na presente ação direta trata da instituição da política afirmativa de reserva de vagas baseada em critérios étnicos, dando concretude ao direito fundamental da igualdade, que possui aplicabilidade imediata. Inteligência do art. 5º, caput, e § 1º, da CF. Diploma que decorre diretamente do ordenamento constitucional e, portanto, não se sujeita à regra de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, prevista no art. 24, § 2º, item 04, aplicável aos Municípios por

¹ <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/873336705/recurso-extraordinario-re-1126247-rj-rio-de-janeiro-0025273-8820148190000>



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

força do art. 144, ambos da CE. Entendimento fixado no julgamento da ADC 41/DF, pelo STF. Precedente reafirmado em caso análogo ao presente, também julgado pela Suprema Corte. Ato normativo compatível com o ordenamento constitucional vigente. Improcedência do pedido. (TJ-SP – ADI: 20885532820198260000 SP 2088553-28.2019.8.26.0000, Relator: Márcio Bartoli, Data de Julgamento: 28/08/2019, Órgão Especial, Data de Publicação: 02/09/2019)²

3. DA VIABILIDADE MATERIAL:

O sistema de cotas trata-se de uma ação afirmativa promovida pelo Estado com o objetivo de concretizar o direito da igualdade, consagrado como fundamental e de aplicação imediata, nos termos do art. 5º, caput, § 1º da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Algumas cidades do estado de São Paulo já possuem leis em vigor sobre o assunto, dentre elas estão São Paulo (Lei 15.939/13)³ e Jundiaí (Lei 5.745/2002)⁴.

Ressalve-se também que a matéria já foi discutida pelo STF na ADC 41⁵ em que o Tribunal assentou: “... o sistema de cotas dá pleno cumprimento ao princípio da igualdade material, um dos pilares do art. 3º da Constituição Federal.”.

Sob a ótica reversa, não se vislumbra quaisquer possíveis violações materiais que o projeto possa incorrer, sendo, portanto, o caso de constatar sua constitucionalidade.

4. CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, **opinamos** pela constitucionalidade do anteprojeto.

² <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/755946911/direta-de-inconstitucionalidade-adi-20885532820198260000-sp-2088553-2820198260000/inteiro-teor-755947053>

³ <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L15939.pdf>

⁴ http://sapl.camarajundiai.sp.gov.br/sapl_documentos/norma_juridica/5724_texto_consolidado.pdf

⁵ <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13375729>

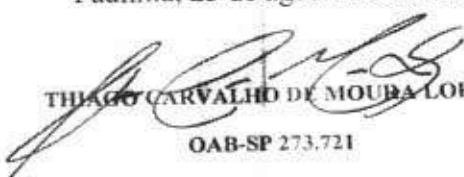


CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

É o parecer opinativo, podendo o Vereador proponente submetê-lo às comissões da Casa e, seguindo as normas regimentais, ao plenário.

Paulínia, 25 de agosto de 2021.


THIAGO CARVALHO DE MOURA LOPES

OAB-SP 273.721



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

LEI Nº 3.979, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

(Projeto de Lei nº 151/2021 de autoria do Ver. Gibi Professor)

**“ESTABELECE NO
MÍNIMO 20% DE COTAS
RACIAIS PARA O
INGRESSO DE NEGROS NO
SERVIÇO PÚBLICO EM
CARGOS EFETIVOS.”**

A Câmara Municipal **APROVOU** e eu, Prefeito do Município de Paulínia, **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Paulínia ficam obrigados a disponibilizarem em seus quadros de cargos efetivos, a cota mínima de 20% para negros, negras ou afro descendentes.

Art. 2º - Para efeito desta Lei, consideram-se negros, negras ou afro descendentes as pessoas que se enquadram como pretos, pardos ou denominação equivalente conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou seja, será considerada auto declaração.

Art. 3º - (...) Vetado

Art. 4º - Será garantido a equidade de gênero para a composição das ocupações a que se refere a presente Lei.

Art. 5º - Para investidura em cargos efetivos e/ou estatutárias os benefícios das cotas garantidas pela presente Lei, necessariamente deverão prestar concurso público para seu ingresso no serviço público.

Art. 6º - Em caso de não preenchimento do percentual mínimo para ingresso através do concurso público, as vagas remanescentes serão distribuídas aos demais candidatos.

Art. 7º - (...) Vetado

Parágrafo único - O disposto o caput não se aplica em relação aos cargos comissionados.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se for necessário.

LASF

Avenida Prefeito José Lozano Araújo, nº 1551 – Parque Brasil 500 – Cep. 13141-901 – Paulínia/SP
Fone (19) 3874 5603 – expediente@paulinia.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Paulínia, 19 de Outubro de 2021.



EDNILSON CAZELLATO


Prefeito Municipal

Lavrado e publicado no Gabinete do Prefeito, na data supra.



PATRÍCIA CALVO MARIN

Secretária Mun. de Chefia de Gabinete



GUILHERME MELLO GRAÇA

Secretário dos Negócios Jurídicos – Interino



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL



LEI N.º 3.691, DE 13 DE MARÇO DE 2004
(Projeto de Lei n.º 364/2003, do Prefeito Municipal
José Carlos Pejon)

Reserva 20% dos cargos de provimento por concurso público, de direção, chefia e assessoramento, em comissão, nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, aos afro-brasileiros e dá outras providências.

fl. 1

JOSÉ CARLOS PEJON, Prefeito Municipal de
Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por
Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou
e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O provimento de cargos nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do município, obedecido o princípio do concurso público de provas ou de provas de títulos, far-se-á com reserva de 20% (vinte por cento) para afro-brasileiros.

Parágrafo Único – As frações decorrentes do cálculo do percentual de que trata este artigo, quando maiores ou igual a 0,5 (cinco décimos), serão arredondados para o número inteiro imediatamente superior.

Art. 2º Nos casos em que houver dúvidas o Poder Executivo consultará uma Comissão composta por Entidades Representativas do Município que atuem pelos direitos dos afro-brasileiros, que será composta por um representante legal do COMICIN, um representante legal do CONAD (OAB), um representante legal do GICNGA e um representante legal do Instituto ODOYA.

Parágrafo Único – o candidato perderá sua vaga caso não cumpra os requisitos constantes no "caput" deste artigo, sendo chamado para seu lugar o candidato subsequente da lista específica.

Art. 3º Os candidatos afro-brasileiros participarão dos concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo e avaliação das provas.

LEI N.º 3.691, DE 13 DE MARÇO DE 2004
(Projeto de Lei nº 364/2003, do Prefeito Municipal José Carlos Pejou)

Reserva 20% dos cargos de provimento por concurso público, de direção, chefia e assessoramento, em comissão, nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, aos afro-brasileiros e dá outras providências.

fl. 2

§ 1º - Após o julgamento das provas, além da lista geral, será elaborada lista específica, com a relação dos candidatos afro-brasileiros aprovados.

§ 2º - As vagas, reservadas nos termos do artigo 1º desta Lei, ficarão liberadas se não houver ocorrido inscrições no concurso, ou aprovação de candidatos afro-brasileiros.

§ 3º - Os editais de concurso público a serem publicados a partir da vigência desta Lei conterão os elementos necessários ao conhecimento do que nela se contém, sob pena de nulidade.

Art. 4º A reserva que trata o artigo 1º desta Lei, aplica-se, ainda nos, casos de provimento de cargos de direção, chefia e assessoramento, em comissão, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 5º Nos contratos firmados pela Administração Direta e Indireta com empresas prestadoras de serviços continuados, a partir da data da vigência desta Lei, deverá constar cláusula prevendo a reserva de 20% (vinte por cento) do total de funcionários, cujos cargos serão preenchidos por afro-brasileiros.

Art. 6º A presente Lei será regulamentada pelo chefe do Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente e serão suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e quatro.





ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL



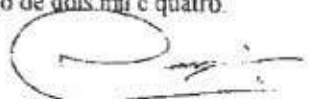
LEI N.º 3.691, DE 13 DE MARÇO DE 2004
(Projeto de Lei n.º 364/2003, do Prefeito Municipal José Carlos Pejon)

Reserva 20% dos cargos de provimento por concurso público, de direção, chefia e assessoramento, em comissão, nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, aos afro-brasileiros e dá outras providências.

fl. 3


JOSÉ CARLOS PEJON
Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e quatro.


FERNANDO LUÍS DE CAMARGO
Secretário Executivo do Prefeito



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA

RELATOR: Vereador Cristiano Anunciação dos Passos
Substitutivo nº 01 ao PL 117/2020 e Emenda 01

Trata-se de Substitutivo de autoria do Vereador Dylan Roberto Viana Dantas ao Projeto de Lei de autoria da Nobre Vereadora Fernanda Schlic Garcia, que *"Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados"*.

De início, a proposição foi encaminhada ao Jurídico que, em exame da matéria quanto aos aspectos legais e constitucionais, exarou parecer favorável ao Substitutivo.

Procedendo à análise da propositura, constatamos que ela difere do PL original, na medida em que reduz de 20% para 10% o limite mínimo de reserva de vagas em cargos públicos efetivos para afrodescendentes, excluindo desse percentual os cargos em comissão.

Tais alterações não encontram óbices legais, estando a matéria em consonância com o **princípio da isonomia**, uma vez que ao tratar da instituição de **política afirmativa** de reserva de vagas baseada em critérios étnicos, dá concretude ao direito fundamental da igualdade, que possui aplicabilidade imediata, nos termos do art. 5º, *caput*, e §1º, da Constituição Federal.

No entanto, corroboramos com o entendimento do Jurídico, com relação a inconstitucionalidade do art. 6º, haja vista que condiciona a entrada em vigor da lei à regulamentação do Executivo, o que contraria o Princípio da Razoabilidade.

Sendo assim, visando sanar tal ilegalidade, esta Comissão apresenta a seguinte Emenda:

Emenda nº 02 ao Substitutivo nº 01 ao PL 117/2020

O art. 6º do Substitutivo nº 01 ao PL nº 117/2020 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Observamos, ainda, que foi apresentada a **Emenda nº 01, pela nobre Vereadora Fernanda Garcia, subscrita por 07 (sete) vereadores**. Logo, aproveitamos o ensejo para constatar que a Emenda nº 01 está em consonância com nosso direito positivo, nos mesmos termos do PL original, cabendo aos parlamentares o mérito político da questão.

Por todo exposto, observada a Emenda nº 02, ora apresentada, **nada a opor sob o aspecto legal do Substitutivo 01, bem como da sua Emenda nº 01.**

S/C., 14 de fevereiro de 2022.

LUIS SANTOS PEREIRA FILHO
Presidente

CRISTIANO ANUNCIÇÃO DOS PASSOS
Relator

JOÃO DONIZETI SILVESTRE
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

EXMO. SR. PRESIDENTE

SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PL 117/2020

Trata-se do Substitutivo nº 01, de autoria do nobre Vereador Dylan Roberto Viana Dantas ao Projeto de Lei nº 117/2020, de autoria da nobre **Vereadora Fernanda Schlic Garcia**, que *"Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados"*.

Em suma, o presente Substitutivo difere do PL original na medida em que reduz de 20% para 10% o limite mínimo de reserva de vagas em cargos públicos efetivos para afrodescendentes, excluindo desse percentual os cargos em comissão.

Tais alterações não encontram óbices legais, estando a matéria em consonância com os princípios fundamentais relativos à **igualdade, à dignidade da pessoa humana, à redução das desigualdades sociais e à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem ou raça**, nos termos do previsto nos arts. 1º, inciso III, 3º, incisos III e IV, 5º, caput da Constituição Federal.

Importante salientar que a matéria também encontra fundamento na Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial, especialmente no seu art. 39, *caput*, que determina que:

"Art. 39. O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas". (g.n.)

Ademais, no que concerne a sua **iniciativa**, verificamos que o Substitutivo foi apresentado em 2ª discussão e foi subscrito por 7 (sete) vereadores, em atendimento ao disposto no art. 145 do Regimento Interno¹.

Todavia, há que se observar o que dispõe o art. 6º da proposição em análise, *in verbis*:

"Art. 6º Esta lei entra em vigor na legislatura subsequente ao da sua regulamentação pelo Executivo"

¹ Art. 145. No decorrer da segunda discussão somente será admitida a apresentação de emendas ou **substitutivos** referentes ao mérito, **subscritos por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara**, sendo discutidos juntamente com o projeto principal, depois de lidos pelo Secretário. (g.n.)



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

Nota-se que tal dispositivo padece de inconstitucionalidade, uma vez que condiciona a entrada em vigor da lei à regulamentação do Executivo, o que não encontra guarida em nossa legislação pátria, bem como contraria o **Princípio da Razoabilidade** (Art. 111 da CE).

Nas lições de *Geraldo Ataliba*, regulamento é o conteúdo cuja função da regulamentação é facilitar a execução da lei, especificá-la de modo praticável e, sobretudo, acomodar o aparelho administrativo, para bem observá-la.²

Ora, a entrada em vigor de uma lei não pode estar condicionada a um ato discricionário do Executivo, que só regulamenta uma lei, se ele não puder executá-la. Se a lei não carecer de regulamentação, ela é autoexecutável.

Vale dizer que nem toda lei é regulamentada. As leis autoexecutáveis não são passíveis de regulamentação. Sendo assim, para que o regulamento seja válido é preciso que haja, previamente, uma lei que comporte regulamentação.

Aliás, é importante salientar que, no caso em tela, **seria impossível o Executivo regulamentar uma Lei que ainda não entrou em vigor**, sendo forçoso concluir que tal disposição é **irrazoável**, ou seja, contraria o **Princípio da Razoabilidade**.

Pelo exposto, somente o **art. 6º padece de inconstitucionalidade**. No mais, **nada a opor sob o aspecto legal da proposição**, ressaltando-se que a sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara (art. 162 do RI)³.

Sorocaba, 16 de dezembro de 2021.

ROBERTA DOS SANTOS VEIGA
PROCURADORA LEGISLATIVA

² ATALIBA, Geraldo. Decreto Regulamentar no Sistema Brasileiro. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 1969. P. 24.

³ Art. 162. Todas as deliberações da Câmara, salvo disposição expressa em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 117/2020

“Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados.”

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta:

Art. 1º Todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Sorocaba ficam obrigados a disponibilizar em seus quadros de cargos em comissão e efetivos o limite mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas e/ou cargos públicos para afrodescendentes, ou seja, negras e negros, pretas e pretos.

§ 1º Para os efeitos desta lei, consideram-se afrodescendentes, negras, negros, pretas e pretos, as pessoas que se enquadram como pretos, pardos ou denominação equivalente, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou seja, será considerada a autodeclaração.

§ 2º A autodeclaração deverá ser analisada por Comissão de heteroidentificação racial, respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Os percentuais mínimos previstos no "caput" deste artigo aplicam-se à contratação de estágio profissional desenvolvido pela Administração Direta e Indireta do Município de Sorocaba.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º Será garantida a equidade de gênero para composição das ocupações a que se refere a presente lei.

Art. 2º Para investidura em cargos efetivos e/ou estatutários, com escolaridade e requisitos do cargo fixados em lei e previstos em edital, os beneficiários das cotas garantidas pela presente lei necessariamente deverão prestar concurso público, para seu ingresso no serviço público.

Art. 3º Em caso de não preenchimento do percentual mínimo para ingresso através de concurso público, as vagas remanescentes serão distribuídas aos demais candidatos.

Parágrafo Único. A exceção disposta no "caput" deste artigo, não se aplica em relação aos cargos comissionados, que deverão preencher percentual mínimo de 20% em qualquer hipótese.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei em até 90 dias a contar da data de publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA GARCIA
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA:

Este projeto contou com a análise e contribuição do Coletivo Ativismo de Resistência/Ação Periférica de Sorocaba, Clube 28 e Conselho Municipal da Participação e Desenvolvimento Comunidade Negra de Sorocaba.

Sorocaba possui a semana de Igualdade Racial instituída por lei, bem como o feriado em 20 de novembro da consciência negra. Tem ainda marcado em seu calendário oficial o dia da mulher negra, Lei nº 11.812/2018, mas é preciso avançar e garantir políticas de efetiva promoção da igualdade racial.

Muito se tem dito também sobre o combate ao racismo estrutural, ponto abordado na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF que em 2017 o entendeu pela constitucionalidade das disposições da Lei Federal n. 12.990/2014, que trata das cotas para negros e pardos nos concursos públicos. O julgamento foi proferido por meio da ADC n. 41, que resultou na seguinte ementa:

É constitucional a Lei n. 12.990/2014, que reserva a pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta, por três fundamentos. 1.1. Em primeiro lugar, a desequilíbrio promovida pela política de ação afirmativa em questão está em consonância com o princípio da isonomia. Ela se funda na necessidade de superar o racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira, e garantir a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente. 1.2. Em segundo lugar, não há violação aos princípios do concurso público e da eficiência. A reserva de vagas para negros não os isenta da aprovação no concurso público. Como qualquer outro candidato, o beneficiário da política deve alcançar a nota necessária para que seja considerado apto a exercer, de forma adequada e eficiente, o cargo em questão. Além disso, a incorporação do fator "raça" como critério de seleção, ao invés de afetar o princípio da eficiência, contribui para sua realização em maior extensão, criando uma "burocracia representativa", capaz de garantir que os pontos de vista e interesses de toda a população sejam considerados na tomada de decisões estatais. 1.3. Em terceiro lugar, a medida observa o princípio da proporcionalidade em sua triplíce dimensão. A existência de uma política de cotas para o acesso de negros à educação superior não torna a reserva de vagas nos quadros da administração pública desnecessária ou desproporcional em sentido estrito. Isso porque: (i) nem todos os cargos e



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

empregos públicos exigem curso superior; (ii) ainda quando haja essa exigência, os beneficiários da ação afirmativa no serviço público podem não ter sido beneficiários das cotas nas universidades públicas; e (iii) mesmo que o concorrente tenha ingressado em curso de ensino superior por meio de cotas, há outros fatores que impedem os negros de competir em pé de igualdade nos concursos públicos, justificando a política de ação afirmativa instituída pela Lei nº 12.990/2014. 2. Ademais, a fim de garantir a efetividade da política em questão, também é constitucional a instituição de mecanismos para evitar fraudes pelos candidatos. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação (e.g., a exigência de autodeclaração presencial perante a comissão do concurso), desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa. 3. Por fim, a administração pública deve atentar para os seguintes parâmetros: (i) os percentuais de reserva de vaga devem valer para todas as fases dos concursos; (ii) a reserva deve ser aplicada em todas as vagas oferecidas no concurso público (não apenas no edital de abertura); (iii) os concursos não podem fracionar as vagas de acordo com a especialização exigida para burlar a política de ação afirmativa, que só se aplica em concursos com mais de duas vagas; e (iv) a ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação dos candidatos aprovados deve produzir efeitos durante toda a carreira funcional do beneficiário da reserva de vagas. 4. Procedência do pedido, para fins de declarar a integral constitucionalidade da Lei n. 12.990/2014. Tese de julgamento: "É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa". (ADC 41, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 16-08-2017 PUBLIC 17-08-2017)

Ainda sobre a necessidade de avaliação da Autodeclaração tem-se que a existência de uma comissão de heteroidentificação é um critério reconhecido como válido pelo Supremo Tribunal Federal, em face do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 e da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 41, a primeira sobre ações afirmativas em universidades e a segunda sobre ações afirmativas nos concursos públicos, quando se estabeleceu que além da autodeclaração, podem ser utilizados critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Neste sentido, vale destacar as cidades que já possuem legislação vigente neste: São Paulo - Lei nº 15.939/2013, Mostardas/RS - Lei nº 3.920/2019, Piracicaba - Lei nº 8.546/2016, Porto Feliz - Lei nº 4.993/2011, dentre outras¹

Diante do exposto é que se apresenta este projeto a fim de que Sorocaba possa efetivamente dar um importante passo ao garantir cotas para negras e negros no serviço público municipal.

Sala de sessões,

FERNANDA GARCIA

Vereadora

¹ http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7461/1/RP_Reserva_2016.pdf



São Roque-SP

Legislação Digital

LEI Nº 5.111, DE 27 DE MARÇO DE 2020

Projeto de Lei nº 003-L, de 09/01/2020

Autógrafo nº 5.098, de 02/02/2020

De autoria do Vereador José Luiz da Silva César - PL

Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal.

O Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque - SP,

Faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do § 7º, do art. 62 da Orgânica do Município (/SaoRoque-SP/LeisOrdinarias/1801-1990#art62), a seguinte Lei:



Art. 1º Todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Roque ficam obrigados a disponibilizar em seus quadros de cargos em comissão e efetivos o limite mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas e/ou cargos públicos para negros, negras ou afrodescendentes.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se negros, negras ou afrodescendentes as pessoas que se enquadram como pretos, pardos ou denominação equivalente, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou seja, será considerada a autodeclaração.

§ 2º Será garantida a equidade de gênero para composição das ocupações a que se refere a presente Lei.

Art. 2º Para investidura em cargos efetivos e/ou estatutários os beneficiários das cotas garantidas pela presente Lei necessariamente deverão prestar concurso público para seu ingresso no serviço público.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Em caso de não preenchimento do percentual mínimo para ingresso através de concurso público, as vagas remanescentes serão distribuídas aos demais candidatos.

Parágrafo único. O disposto no "caput" não se aplica em relação aos cargos comissionados.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Israel Francisco de Oliveira
Presidente

Publicada aos 27 de março de 2020 na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque.

Luciano do Espírito Santo
Coordenador Legislativo

Projeto de Lei aprovado na 5ª Sessão Ordinária, realizada em 2 de março de 2020.

* Este texto não substitui a publicação oficial.

Voltar



PARECER 026/2020

Parecer ao Projeto de Lei nº 3-L de 09 de janeiro 2020, de iniciativa do Vereador José Luiz da Silva César que “Dispõe sobre o ingresso de negros e negras no serviço público municipal”.

Pretende o ilustre Vereador José Luiz da Silva César, através do Projeto de Lei nº 3-L de 09 de janeiro 2020, dispor sobre o ingresso de negros e negras no serviço público municipal.

Destaca o Nobre Vereador que o objetivo deste Projeto de Lei é assegurar o princípio da igualdade material que tem por finalidade buscar a igualdade real, tratando de forma desigual pessoas que se encontram em condições desiguais, na medida e proporção de suas desigualdades. E é dever do Estado promover ações e políticas públicas que possam diferenciar as pessoas em situações diferentes, equiparando os negros que são segregados há anos, corrigindo as estatísticas de desigualdades.

É o relatório.

A criação de normas dispondo sobre admissão de servidores municipais é medida de interesse local. Dessa forma, o requisito do art. 30, I, da Constituição da República restaria atendido:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.

Em relação à constitucionalidade formal (iniciativa), contudo, o projeto pode dar ensejo à discussão quanto à sua constitucionalidade, tendo em vista que a Constituição do Estado de São Paulo, e a Lei Orgânica do Município de São Roque dispõe que a criação de cargos, funções ou empregos públicos, são de exclusividade do Chefe do Executivo.

Ocorre que, pautar o referido projeto apenas por esse ângulo, qual seja “criação de cargos” seria no mínimo insuficiente, uma vez que não se trata de projeto dessa natureza.

Não há que se falar em vício de iniciativa uma vez que o projeto em tela trata da instituição da política afirmativa de reserva de vagas baseada em critérios étnicos, dando concretude ao direito fundamental da igualdade, que possui aplicabilidade imediata, conforme inteligência do art. 5º, caput, e §1º, da CF. A matéria em pauta decorre diretamente do ordenamento constitucional e, portanto, não se sujeita à regra de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, prevista no art. 24, §2º, item 04, aplicável aos Municípios por força do art. 144, ambos da CF.

O objetivo do Projeto de Lei que visa instituir cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal é importante instrumento de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial no Brasil e tem como escopo maior viabilizar o acesso mais igualitário daqueles ao serviço público municipal.

O princípio constitucional da igualdade é um objetivo a ser perseguido através de ações ou políticas públicas, que, portanto, demanda iniciativas concretas do legislador nas diversas esferas da federação em proveito

dos grupos desfavorecidos, como bem fez o parlamentar municipal no projeto de lei sob análise.

Nesse sentido vejamos manifestação recente do Tribunal de Justiça a favor da iniciativa parlamentar:

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 4.063/19, do Município de Poá, que "dispõe sobre a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de empregos públicos, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do Município.". Vício de iniciativa. Não ocorrência. Oriunda de iniciativa parlamentar, a lei questionada na presente ação direta trata da instituição da política afirmativa de reserva de vagas baseada em critérios étnicos, dando concretude ao direito fundamental da igualdade, que possui aplicabilidade imediata. Inteligência do art. 5º, caput, e §1º, da CF. Diploma que decorre diretamente do ordenamento constitucional e, portanto, não se sujeita à regra de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, prevista no art. 24, §2º, item 04, aplicável aos Municípios por força do art. 144, ambos da CE. Entendimento fixado no julgamento da ADC 41/DF[1], pelo STF. Precedente reafirmado em caso análogo ao presente, também julgado pela Suprema Corte. Ato normativo compatível com o ordenamento constitucional vigente. Improcedência do pedido. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2088553-28.2019.8.26.0000; Relator (a): Márcio Bartoli; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de

Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 28/08/2019;
Data de Registro: 02/09/2019)

Nesse sentido, vejamos o entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade 41 que amparou a decisão acima.

[1] ADC 41 – STF

Ementa: Direito Constitucional. Ação Direta de Constitucionalidade. Reserva de vagas para negros em concursos públicos. Constitucionalidade da Lei nº 12.990/2014. Procedência do pedido. 1. É constitucional a Lei nº 12.990/2014, que reserva a pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta, por três fundamentos. 1.1. **Em primeiro lugar, a desequiparação promovida pela política de ação afirmativa em questão está em consonância com o princípio da isonomia. Ela se funda na necessidade de superar o racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira, e garantir a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente.** 1.2. **Em segundo lugar, não há violação aos princípios do concurso público e da eficiência. A reserva de vagas para negros não os isenta da aprovação no concurso público. Como qualquer outro candidato, o beneficiário da política deve alcançar a nota**

necessária para que seja considerado apto a exercer, de forma adequada e eficiente, o cargo em questão. Além disso, a incorporação do fator "raça" como critério de seleção, ao invés de afetar o princípio da eficiência, contribui para sua realização em maior extensão, criando uma "burocracia representativa", capaz de garantir que os pontos de vista e interesses de toda a população sejam considerados na tomada de decisões estatais.

1.3. **Em terceiro lugar,** a medida observa o princípio da proporcionalidade em sua triplice dimensão. A existência de uma política de cotas para o acesso de negros à educação superior não torna a reserva de vagas nos quadros da administração pública desnecessária ou desproporcional em sentido estrito. Isso porque: (i) nem todos os cargos e empregos públicos exigem curso superior; (ii) ainda quando haja essa exigência, os beneficiários da ação afirmativa no serviço público podem não ter sido beneficiários das cotas nas universidades públicas; e (iii) mesmo que o concorrente tenha ingressado em curso de ensino superior por meio de cotas, há outros fatores que impedem os negros de competir em pé de igualdade nos concursos públicos, justificando a política de ação afirmativa instituída pela Lei nº 12.990/2014.

2. Ademais, a fim de garantir a efetividade da política em questão, também é constitucional a instituição de mecanismos para evitar fraudes pelos candidatos. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação (e.g., a exigência de autodeclaração presencial perante a comissão do concurso), desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

3. Por fim, a administração pública deve atentar

para os seguintes parâmetros: (i) os percentuais de reserva de vaga devem valer para todas as fases dos concursos; (ii) a reserva deve ser aplicada em todas as vagas oferecidas no concurso público (não apenas no edital de abertura); (iii) os concursos não podem fracionar as vagas de acordo com a especialização exigida para burlar a política de ação afirmativa, que só se aplica em concursos com mais de duas vagas; e (iv) a ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação dos candidatos aprovados deve produzir efeitos durante toda a carreira funcional do beneficiário da reserva de vagas. 4. Procedência do pedido, para fins de declarar a integral constitucionalidade da Lei nº 12.990/2014. Tese de julgamento: "É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa". (ADC 41, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 16-08-2017 PUBLIC 17-08-2017. Destacou-se.)

Finalmente, por todo o exposto, esta assessoria manifesta-se favoravelmente ao projeto, devendo ainda tramitar pela "Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação".

Maioria simples, única discussão e votação nominal
para aprovação do projeto.

É o nosso parecer.

São Roque, 6 de fevereiro de 2020

VIRGINIA COCCHI WINTER
Assessora Jurídica

